



FENAPEF

**FEDERAÇÃO NACIONAL
DOS POLICIAIS FEDERAIS**



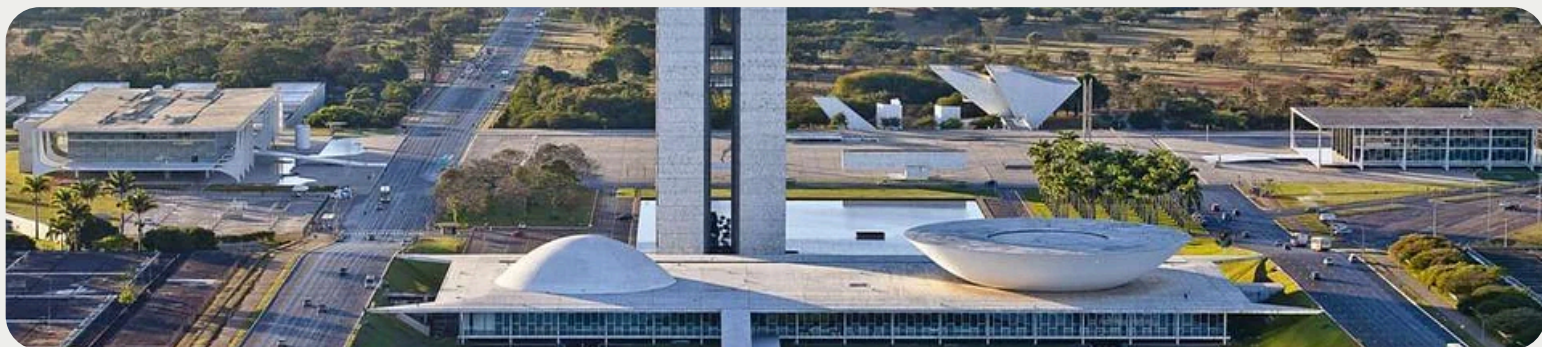
M & G

CONSULTORIA
POLÍTICA

AGENDA SEMANAL

**31 de março a 4 de abril
2025**

Perspectiva semanal



Cenário Político

Com a instalação das Comissões Permanentes, a atividade legislativa no Congresso deve se intensificar. No Senado, serão analisadas indicações para cargos em agências reguladoras, com sabatinas previstas para o próximo mês. Na Câmara, começa a tramitação da Reforma do Imposto de Renda, cujo relator será definido em breve. O governo pode ser pressionado a retirar a urgência constitucional do projeto, pois, caso contrário, ele trancará a pauta a partir de 3 de maio.

O Orçamento da União para 2025 deve ser sancionado pelo presidente Lula (PT) em abril, com possibilidade de vetos. Além disso, no dia 15, será enviado ao Congresso o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO), que deve ser votado até 18 de julho. A Comissão Mista de Orçamento, responsável pela análise, será instalada em abril, com presidência do senador Efraim Filho (União-PB) e relatoria do deputado Carlos Zarattini (PT-SP).

Outra pauta importante é a PEC da Segurança Pública, prevista para ser enviada ao Congresso em abril. O texto propõe a criação do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP) e busca garantir que governadores mantenham autonomia sobre as polícias. A proposta vem em meio a pesquisas que apontam a segurança pública como principal preocupação dos eleitores.

No Judiciário, o STF analisará novos pedidos da PGR sobre a suposta tentativa de golpe de Estado em 2022. Nos dias 29 e 30, será julgada a denúncia contra o chamado "núcleo dois", apontado como responsável por articular ações para manter Jair Bolsonaro (PL) no poder.

No campo político, aliados de Bolsonaro tentarão avançar com o projeto de anistia para os envolvidos nos atos antidemocráticos de 8 de janeiro. Como parte da mobilização, Bolsonaro convocou uma manifestação para o dia 6 de abril.

Composição das Comissões da Câmara

Deputados governistas estão buscando acordos com lideranças do centrão, incluindo MDB, PP e União Brasil, para garantir a indicação de parlamentares de perfil mais moderado em comissões estratégicas da Câmara, como a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e a de Fiscalização Financeira e Controle. A intenção é evitar que esses colegiados sejam dominados pela oposição, como ocorreu no ano passado na CCJ, que, sob a presidência da bolsonarista Caroline de Toni (PL-SC), priorizou pautas ideológicas e gerou desgastes ao governo. Até o momento, esses partidos ainda não definiram seus representantes, o que abre espaço para negociações.

Perspectiva semanal

Avaliação Semanal do Governo

POLÍTICA ↓

Levantamento do Instituto Futura, realizado entre 19 e 22 de março, indica que o presidente Lula perderia em todos os cenários testados para a eleição. Ele seria derrotado por Jair Bolsonaro (51,1% a 37,3%), Ronaldo Caiado (37,8% a 37,3%), Michelle Bolsonaro (48,5% a 37,3%), Ratinho Júnior (40,6% a 37,2%) e Tarcísio de Freitas (42,3% a 37,6%).

ECONOMIA ↓

O indicador da produção industrial registrou queda pelo quarto mês seguido, passando de 48,9 pontos em janeiro para 48,0 em fevereiro, segundo a Sondagem Industrial da Confederação Nacional da Indústria (CNI).

SOCIAL ↑

A taxa de desocupação ficou em 6,8% no trimestre encerrado em fevereiro, o menor índice para o período desde 2014, quando atingiu o mesmo percentual, segundo o IBGE.

8 de Janeiro

O Partido Liberal (PL) busca resolver até quinta-feira (3) o impasse sobre a tramitação do projeto que anistia os presos do 8 de janeiro. O tema será discutido na reunião de líderes da Câmara, presidida por Hugo Motta (Republicanos-PB), que já tem conversado com representantes do PL e do PT. O partido ameaça obstruir a pauta caso o projeto não seja pautado.

O PL afirma ter mais de 300 votos para aprovação e recebeu apoio do PSD de Gilberto Kassab. No entanto, líderes do Centrão rejeitam a obstrução, embora reconheçam o amplo apoio da centro-direita ao projeto. A possibilidade de instalar uma comissão especial para discutir o tema é cogitada, mas rejeitada pelo PL.

Para facilitar a tramitação, o partido considera substituir o relator Rodrigo Valadares (União-PE), ligado a Bolsonaro, por Alfredo Gaspar (União-AL). O governo federal é contra a anistia e Lula vê a mobilização como uma admissão de culpa de Bolsonaro sobre a tentativa de golpe em 2022.

PEC da Segurança Pública

Integrantes do Ministério da Justiça esperam que a comissão especial da Câmara para discutir a PEC da Segurança Pública seja composta por deputados comprometidos com a proposta, evitando influências ideológicas. O ministro Ricardo Lewandowski está disponível para dialogar com líderes da Câmara sobre a tramitação da PEC.

A ministra Gleisi Hoffmann (Secretaria de Relações Institucionais) afirmou que, após o retorno de Lula do Japão, a PEC será formalmente apresentada aos líderes partidários e encaminhada ao Congresso ainda em abril. Se aprovada pela CCJ, o presidente da Câmara criará uma comissão especial para analisar o mérito do texto.

A PEC, prioridade do governo, estabelece diretrizes mínimas para os órgãos de segurança, sem interferir na autonomia dos estados, conforme Lewandowski.

Reforma Ministerial

A indefinição de Lula sobre mudanças na equipe ministerial tem gerado desgaste entre auxiliares, que ficam em situação de incerteza e isolamento político. Ministros como Márcio Macêdo (Secretaria-Geral), Cida Gonçalves (Mulheres) e Paulo Teixeira (Desenvolvimento Agrário) são vistos como alvos prováveis da reforma, o que afeta suas agendas e influência no governo.

Márcio Macêdo, cuja pasta é estratégica por estar no Palácio do Planalto e ter contato direto com Lula, tem sido ignorado pelo presidente. Ele não participou de viagens recentes e não teve nenhuma reunião oficial com Lula neste ano, contrastando com as cinco que ocorreram no mesmo período de 2024. A Secretaria-Geral, responsável pelo diálogo com movimentos sociais, é cobiçada dentro do PT, e sua saída é considerada provável.

Cida Gonçalves enfrentou um esvaziamento em sua pasta. O presidente Lula cancelou sua participação em um evento do Dia Internacional da Mulher, levando à suspensão da cerimônia e ao adiamento de anúncios importantes. Além disso, a primeira-dama Janja da Silva desistiu, sem justificativa, de viajar com Cida para um evento da ONU em Nova York. O desânimo entre sua equipe reforça a percepção de que sua permanência no governo é incerta.

Paulo Teixeira enfrenta críticas pela falta de políticas eficazes para conter a alta dos alimentos, o que impacta a popularidade do governo. Sua gestão da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) é vista como insuficiente na formação de estoques reguladores. Apesar disso, ele participou recentemente de uma agenda com Lula em Minas Gerais, o que foi interpretado como um sinal de sobrevida no cargo. O ministro também enfrenta resistência dentro do MST e disputa sua posição dentro do PT.

A demora de Lula em definir as mudanças é atribuída, em parte, à sua estratégia na sucessão do PT, onde apoia Edinho Silva, que enfrenta resistência interna. Enquanto isso, as primeiras trocas ministeriais já ocorreram: Paulo Pimenta (Secom) foi substituído por Sidônio Palmeira após críticas à comunicação do governo, e Nísia Trindade (Saúde) deu lugar a Alexandre Padilha, ex-articulador político do Planalto.

Aliados dos ministros sob risco ainda esperam que Lula tenha encerrado a reforma, mas outra ala do governo acredita que novas mudanças ocorrerão após o retorno do presidente de sua viagem à Ásia.

STF

O Supremo Tribunal Federal (STF) deve discutir duas propostas relacionadas à segurança pública esta semana, que têm gerado reações entre governadores. A primeira é a revisão da validade da revista íntima em presídios, um tema que está sendo debatido desde 2020. A maioria dos ministros já se posicionou contra a prática, mas o julgamento foi reiniciado após ser levado ao plenário físico. O relator, Edson Fachin, defende a proibição da revista, enquanto Alexandre de Moraes argumenta que ela pode ser permitida em casos excepcionais.

A segunda proposta é a ADPF das Favelas, que visa reduzir a letalidade policial em operações nas comunidades do Rio de Janeiro. O julgamento foi adiado para dar tempo de reunir todos os ministros. Até agora, o ministro Edson Fachin votou para manter restrições às operações policiais, e a expectativa é de um consenso entre os ministros na próxima semana. A ação foi protocolada pelo PSB em 2019 e já resultou em medidas para limitar a violência nas operações contra o crime organizado.

Notícias da Semana



PEC da Segurança será enviada ao Congresso nas próximas semanas, diz Sarrubbo

O GLOBO



Câmara: PL calcula ter mais de 300 votos a favor do projeto da anistia

METRÓPOLES



Em busca de reaproximação, Lula quer se reunir com presidentes de partidos

**CNN
BRASIL**



Comissão aprova projeto para integrar órgãos de segurança pública e sistema penitenciário

**CÂMARA DOS
DEPUTADOS**



Rogério Correia se licencia do cargo após cirurgia para tratar um câncer

**CNN
BRASIL**



O papel de Haddad na articulação com deputados pelo projeto do IR

veja



Sem matérias de relevância



Comissão de Segurança Pública (CSP)

Terça-feira (01) - 11h - Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9

PL 2326/2022 - Concede Porte de Arma de Fogo para Fiscais do IBAMA e ICMBIO

PL 2326/2022 - Comissão Temporária Externa para investigar, "in loco", a s causas do aumento da criminalidade e de atentados na região Norte - Altera o art. 6º da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para conceder o porte de arma de fogo aos integrantes da Fundação Nacional do Índio em atividades de fiscalização.

Relator: senador Fabiano Contarato (PT-ES)

Parecer: pela aprovação na forma do substitutivo.

Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ)

Quarta-feira (01) - 09h - Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3

PLP 112/2021- Propõe Novo Código Eleitoral

PLP 112/2021 - deputada Soraya Santos (PL-RJ) - Dispõe sobre as normas eleitorais e as normas processuais eleitorais brasileiras.

Relator: senador Marcelo Castro (MDB-PI)

Parecer: pela aprovação com emendas na forma do substitutivo.

Sessão Deliberativa Extrordinária Presencial

Terça-feira (01) - 13h55

PL 6969/2013 - Lei do Mar (Emenda nº1 - Destina parte dos recursos ao FUNAPOL)

PL 6969/2013 - ex-deputado Sarney Filho (PV-MA) e outro - Institui a Política Nacional para a Conservação e o Uso Sustentável do Bioma Marinho Brasileiro (PNCMar) e dá outras providências.

Relator: deputado Tulio Gadêlha (REDE-PE)

Parecer: pela aprovação na forma do substitutivo.

PL 4149/2004 - Fixa regras para registro, posse e comercialização de armas de fogo

PL 4149/2004 - deputado Carlos Sampaio (PSD-SP) - Dá nova redação ao art. 15 da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, que "Dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas-Sinarm, define crimes e dá outras providências."

Relator: deputado Max Lemos (PDT-RJ)

Parecer: pendente de parecer

Comissão de Administração e Serviço Público (CASP)

Terça-feira (01) - 15h - Local : Anexo II, Plenário 08

REQ 1/2025 CASP - deputada Adriana Ventura (NOVO-SP) - Requer a realização de audiência pública para debater sobre a remuneração variável de servidores da administração pública brasileira.

Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)

Terça-feira (01) - 14h30 - Local : Anexo II, Plenário 01

PL 4365/2021 - Fixa prazos mínimos para o INSS analisar pedidos de benefícios e aposentadorias

PL 4365/2021 - deputado Sidney Leite (PSD-AM) - Altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, a fim de fixar prazo para a concessão de Aposentadoria por Invalidez, de Aposentadoria por Idade, de Aposentadoria por Tempo de Serviço, de Aposentadoria Especial, de Auxílio Doença, de Salário-Família, de Salário-Maternidade e de Pensão por Morte.

Relatora: deputada Laura Carneiro (PSD-RJ)

Parecer: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste, com emenda, do Projeto de Lei nº 2.918/2023, apensado, com emenda, e do Substitutivo da Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família, com subemenda.

Comissão de Previdência, Assistência Social...(CPASF)

Quarta-feira (02) - 14h - Local : Anexo II, Plenário 07

PL 2567/2011 - Regulamenta desaposentação no INSS

PL 2567/2011 - ex-senador Rodrigo Rollemberg - Altera o § 2º do art. 18 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para ampliar os benefícios previdenciários devidos ao aposentado que retomar ao trabalho.

Relatora: deputada Laura Carneiro (PSD-RJ)

Parecer: aprovação dos Projetos de Lei nº 5.668, de 2009, nº 5.693, de 2009, nº 6.951, de 2010, nº 7.369, de 2010, nº 1.168, de 2011, nº 7.842, de 2014, nº 8.007, de 2014, nº 1.990, de 2015, nº 7.098, de 2017, nº 2.920, de 2015, , nº 3.541, de 2015, nº 5.080, de 2016, nº 7.761, de 2017, e nº 10.466, de 2018, e do Substitutivo adotado pela Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa, todos na forma do Substitutivo.

Comissão de Segurança Pública... (CSP)

Terça-feira (01) - 14h - Local : Anexo II, Plenário 06

PL 3113/2019 - Exige a apresentação de exame toxicológico para a obtenção de autorização para porte ou posse de arma de fogo

PL 3113/2019 - senador Styvenson Valentim (PSDB-RN) - Altera a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003 (Estatuto do Desarmamento), para exigir a apresentação de exame toxicológico com resultado negativo para obtenção de autorização de posse ou porte de arma de fogo.

Relator: deputado Delegado Paulo Bilynskyj (PL-SP)

Parecer: pela rejeição.

PL 3517/2023 - Institui o Plano Nacional de Segurança de Fronteiras - PNPf

deputado Marcos Pollon (PL-RS) - Institui o Plano Nacional de Segurança de Fronteiras - PNPf, altera a Medida Provisória Nº 2.045-7, de 21 de dezembro de 2000, que Institui o Fundo Nacional de Segurança Pública - FNSP, e dá outras providências.

Relator: Delegado Caveira (PL-PA)

Parecer: pela aprovação com emenda.

PL 1097/2024 - Prevê dispensa de licitação para facilitar medidas contra crimes de repercussão

PL 1097/2024 - deputado Amom Mandel (CIDAD-AM) - Dispõe sobre as medidas integrativas a serem adotadas na hipótese de crime de repercussão, altera a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e dá outras providências.

Relator: deputado Alfredo Gaspar (UNIÃO-AL)

Parecer: pela rejeição.

PL 1532/2024 - Isenta policiais e demais agentes da segurança pública de impostos sobre gratificações

PL 1532/2024 - deputado Sargento Isisdório (AVAN-BA) Propõe isentar policiais e demais agentes da segurança pública, dos impostos sobre rendimentos a título de alimentação, transporte, fardamento e gratificações pagas para compensar os riscos da atividade.

Relator: deputado Aluisio Mendes (REPUBLIC-MA)

Parecer: pela aprovação deste na forma do substitutivo e pela rejeição da emenda 1.

PL 2668/2024 - obriga procedimentos adequados em crimes homotransfóbicos nos sistemas de segurança pública

Erika Hilton (PSOL-SP) - Institui a obrigatoriedade do registro e processamento adequado de práticas e crimes homotransfóbicos nos sistemas de segurança pública brasileiro.

Relator: deputado Delegado Paulo Bilynskyj (PL-SP)

Parecer: pela aprovação deste na forma do substitutivo.

Comissão de Segurança Pública... (CSP)

Terça-feira (01) - Logo em seguida - Local : Anexo II, Plenário 06

REQ 38/2025 CSPCCO - deputada Delegada Ione (AVANTE-MG) - Requer a realização de Audiência Pública, com o objetivo de debater o Decreto nº 12.341, de 23 de dezembro de 2024, que regulamenta a Lei nº 13.060, de 22 de dezembro de 2014, para disciplinar o uso da força e dos instrumentos de menor potencial ofensivo pelos profissionais de segurança pública.

REQ 48/2025 CSPCCO - deputado Evair Vieira de Melo (PP-ES) - Requer o encaminhamento de indicação à Direção-Geral da Polícia Federal para sugerir a instauração de investigação sobre os atos de violência, tortura e invasão de propriedade por supostos indígenas ocorridos na Fazenda Monte Alto, no município de Prado/BA.

REQ 49/2025 CSPCCO - deputado Evair Vieira de Melo (PP-ES) - Requer o encaminhamento de indicação ao Excelentíssimo Ministro da Justiça e Segurança Pública, em conjunto ao Diretor-Geral da Polícia Federal, para adoção de medidas e investigações nas áreas que foram objeto de invasão de terra no sul da Bahia.dígenas ocorridos na Fazenda Monte Alto, no município de Prado/BA.

REQ 51/2025 CSPCCO - deputado Alberto Fraga (PL-DF) - Requer informações do Senhor Ministro Ricardo Lewandowski , do Ministério da Justiça e Segurança Pública, acerca de gravíssimo vazamento no âmbito de inquérito da Polícia Federal com potencial de prejudicar as relações internacionais do País com o Paraguai, inclusive no âmbito da segurança pública.



FENAPEF

FEDERAÇÃO NACIONAL
DOS POLICIAIS FEDERAIS



M & G
CONSULTORIA
POLÍTICA



moreiraegregorio.com.br



[linkedin.com/moreiraegregorio](https://www.linkedin.com/moreiraegregorio)



(61) 98126-3938



moreiraegregorio@gmail.com



SHIS QI 07, Conjunto 10, Casa 01,
Lago Sul - Brasília, Distrito Federal -
CEP: 71.615-300

*Serviço prestado exclusivamente para Federação Nacional dos Policiais Federais.
Desenvolvido por Moreira&Gregório Consultoria Política. Direitos reservados.*